

# Sobre povos indígenas e diversidade na escola: superando estereótipos

ROSANI DE FATIMA FERNANDES

## Diversidade cultural

“refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão (...) A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.” (Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005).

A maioria dos educadores e educadoras já ouviu falar sobre diversidade, em alguma medida reconhece a importância do trabalho nas escolas e concorda que é preciso avançar e ampliar as discussões sobre o assunto. Mas muitos podem questionar, por exemplo, sobre que conteúdos são adequados, ou ainda, que termos são politicamente corretos ao falar sobre **diversidade cultural** no Brasil, especialmente quando se trata de povos indígenas.

É consenso também que os cursos de formação de professores não abordam adequadamente a temática, o que é agravado pelo desconhecimento e pela inexistência de materiais didáticos que contemplem a diversidade. Sem muita opção, muitos continuam reproduzindo aquelas “verdades” que aprenderam nos livros didáticos quando eram alunos, sem a devida problematização.

Como consequência, crianças e jovens que estão hoje nas escolas continuam tendo uma visão simplificada e estereotipada sobre diversidade étnica no Brasil e, como seus mestres, seguem reproduzindo conhecimentos descontextualizados das vivências, enfrentamentos políticos e históricos dos povos indígenas, que, em muitos casos, se manifestam em forma de intolerância e preconceito.

As representações sobre os povos indígenas estão quase sempre associadas ao passado e em nada têm a ver com a complexidade da organização social, línguas, culturas, e tradições indígenas contemporâneas.

É muito importante que educadores e educadoras problematizem a diversidade étnica e cultural de forma adequada, contribuindo assim para a diminuição do preconceito e para a construção de relações de respeito com os povos indígenas, negros, quilombolas, entre outros grupos etnicamente diferenciados.

Os cursos de formação de professores, com raras exceções, não trabalham adequadamente a questão, mantendo lacunas históricas no trato com a diversidade no Brasil. Muitas pessoas saem dos cursos de graduação sem saber por onde começar quando o assunto é **povos indígenas** e diversidade. Se você se sente incluído nesse grupo de pessoas, tenho duas informações: a primeira é que as reflexões que proponho no texto podem auxiliar, mesmo que de forma introdutória, para uma maior familiaridade com a temática da diversidade étnica e povos indígenas. A segunda é que, talvez, você conclua a leitura com mais dúvidas do que tinha ao iniciá-la. É certo que, se você se identificar com qualquer uma das opções terei cumprido meu objetivo! Se eu puder, no mínimo, incomodá-los(as) com questões que apresento, também terei alcançado meu propósito.

A partir da discussão sobre o trabalho, ou “não trabalho”, sobre diversidade dos povos indígenas no Brasil, pretendo mostrar como a educação escolar contribuiu para continuidade dos **preconceitos**, do **racismo**, da intolerância com povos culturalmente diferenciados e a necessidade de novas posturas, comprometidas politicamente com a construção de um país onde as pessoas aprendam desde cedo a importância da convivência respeitosa com as diferenças, com o **pluralismo cultural** que se efetiva pela promoção dos direitos humanos, porque princípio fundamental da diversidade.

Nesse sentido, é urgente o trabalho a partir da **interculturalidade**, porque é a possibilidade de “(...) existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como a possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo”, conforme a Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais ratificada pelo Brasil em 2005. A interculturalidade deve estar presente nas escolas, como forma de conhecer o “outro”, que pode ser indígena, negro, quilombola, estrangeiro, cigano, ribeirinho, homossexual, de outra religião, ou ainda, uma pessoa idosa, com costumes e formas de pensar diferentes! O exercício é apropriado para pensar não somente a diversidade étnica, já que trato sobre povos indígenas, mas também para treinar e colocar em prática o relativismo, que é oposto ao etnocentrismo porque propõe a valorização de todas as formas de expressões da diversidade, ou seja, que cada cultura seja compreendida a partir dos seus próprios termos.

#### **Povos indígenas**

Conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, são aqueles que descendem "... de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas".

#### **Preconceito**

Segundo o dicionário Michaelis, diz respeito a opiniões formadas previamente, refere sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou da razão. As formas mais comuns de preconceito são de classe, racial e religioso. Disponível em: [[michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=preconceito](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=preconceito)].

Acesso em 10 de nov. de 2015.

“(…) o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.” (Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2001.)

Para isso, compartilho algumas das minhas próprias histórias, que acumulo na minha vivência enquanto indígena, mãe, militante de direitos indígenas, educadora, acadêmica. Dentre as experiências, trago algumas com crianças e jovens que podem ajudar a perceber como a diversidade étnica vem sendo trabalhada nas escolas. Para ampliar as possibilidades de compreensão, apresento algumas sugestões de leituras, de autores indígenas e não indígenas que trazem abordagens importantes e podem ampliar as reflexões propostas. Além disso, vocês terão sugestões de atividades que podem ser trabalhadas com os estudantes no sentido da construção de novas formas de percepção da diferença e da diversidade na escola.

## **IDENTIDADES, CULTURAS E POVOS INDÍGENAS**

Por diversas vezes, em situações do meu cotidiano me deparei com pessoas que, mesmo sem saber, passam adiante informações imprecisas ou incorretas e manifestam desconhecimento no que se refere aos povos indígenas. Em alguns casos, expressam suas ideias de forma explícita, outras nem tanto, porque se apresentam camufladas em supostos elogios e comentários que até parecem “inocentes”. Uma das coisas mais comuns que ouço, desde sempre, é como me pareço ou não com uma índia, como meus olhos são “assim” e meu cabelo “assado”, comentários que sempre expressam esse incômodo que as pessoas sentem quando se deparam com o “diferente” que pode não ser tão diferente assim, ou porque não corresponde à imagem genérica construída sobre o “índio” no Brasil, quase sempre associada a um fenótipo idealizado, ao passado, ao quadro colonial pintado na memória nacional. Alguns ficam chocados quando um indígena se expressa bem em português, porque ainda acreditam que “índio de verdade”

não fala português, apenas balbucia palavras desconexas. Outras vezes, o preconceito se manifesta em forma de um falso elogio, como por exemplo, “você é bonita, nem parece uma índia”.

Num primeiro momento, para alguém “desavisado” tais afirmações podem até soar como elogios, mas não são! Na verdade, são negações disfarçadas, por assim dizer, porque acionam outras formas de preconceito: quando dizem “você é bonita” e não “parece uma índia” estão acionando os **estereótipos** que cristalizam uma imagem de mulher indígena ideal, parte do imaginário que construíram nas relações familiares, no convívio social, nas diversas situações de aprendizagem que desconsideram a diversidade de povos indígenas no Brasil e as diferenças que os caracterizam. Em geral, o imaginário acerca da mulher indígena está baseado na visão romântica de uma “Iracema”, de cabelos pretos e compridos, que vive numa aldeia, que anda seminua. Este certamente não é meu caso, há dois anos não moro em aldeia, sou professora, uso jeans, salto alto, adoro batom e esmalte, tenho celular, carteira de motorista e passaporte. Quando me apresento como professora universitária, falando português, ministrando aulas para não indígenas, vem logo a sentença: não é mais indígena. Como se isso fosse possível!

Já pensou que ninguém deixa de ser paraense porque foi morar em São Paulo, ou porque aprendeu a falar francês? Ou passou a ser americano porque aprendeu a falar inglês na escola ou usa tênis importado? Da mesma forma, uma pessoa não indígena pode morar numa aldeia por longo período, pintar seu corpo com jenipapo e urucum, participar das festividades e rituais, mas isso não fará dela uma indígena, porque as identidades são construídas e reconhecidas socialmente. Todas as pessoas têm identidade, mas não me refiro ao Registro Geral (RG) que serve como documento de identificação, me refiro à forma como as pessoas se identificam e são identificados pelas demais, como sendo deste ou daquele lugar, pertencente a uma determinada família, a um determinado povo ou comunidade. Nesse sentido, não há uma identidade essencial, mas muitas identidades, no plural!

O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira explica que a identidade é situacional, relacional e contrastiva, ou seja, não olhamos no espelho e dizemos sou paraense, paulista ou *Kaingang*, fazemos isso sempre como forma de diferenciação frente aos outros, de identificação diante de outra pessoa ou grupo. Se você, paraense ou

**Estereótipo** é uma opinião ou imagem padronizada, generalizada que não corresponde com a realidade, porque geralmente simplificada, é compartilhada por um grupo e tem conotação negativa, porque rotula e cristaliza imagens sobre pessoas, grupos, lugares.

Para o antropólogo Roque de Barros Laraia, **etnocentrismo** é “(...) a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão” (2006:73). É a propensão que as pessoas têm de considerar a sua cultura como melhor e superior às demais, o que gera conflitos, preconceitos.

amazonense, estiver em Minas Gerais e for perguntado sobre seu local de origem, certamente vai dizer “sou do Pará”, mas se estiver na África, certamente dirá que é brasileira. Ou seja, esta ou aquela identidade é acionada de acordo com os interlocutores, da situação e do lugar. Na escola do seu filho ou filha, por exemplo, você não é referida, nem se refere à sua identidade profissional, você se identificará e será identificada como sendo a “mãe do Thiago, da Maria, da Beatriz”.

As identidades são acionadas por contraste, porque é sempre a afirmação do “nós” diante dos outros, mas, isso nem sempre acontece de forma tranquila. Historicamente as relações com os povos indígenas no Brasil foram marcadas pelo etnocentrismo, que em alguns casos, se manifesta em forma de preconceito, quando desqualifica, inferioriza e subalterniza o outro pela sua diferença cultural, religiosa, entre outras.

O etnocentrismo, nesse sentido, atua negativamente porque hierarquiza as culturas, a exemplo das relações eurocêntricas, muito presentes ainda no Brasil e que consideram inferior tudo que não pareça com a matriz europeia, reproduzindo relações de colonialidade, porque desconsidera os sujeitos, povos e culturas que não se enquadram nessa moldura europeia. Não há cultura superior ou inferior, melhor ou pior, há culturas diferentes!

Cultura, nesse sentido, não se refere à erudição, quase sempre associada à escolarização, mas aos complexos sistemas sociais, econômicos, culturais, linguísticos, econômicos, políticos, religiosos elaborados pelos diferentes povos no mundo!

## HISTÓRIAS SOBRE PESSOAS, NOMES, ESCOLAS E PRECONCEITO

Meus dois filhos nasceram em aldeia e sempre estudaram em escolas indígenas. O mais velho tem hoje 21 anos, se chama *Idjarrury*, atualmente cursa o quinto semestre de Medicina na Universidade Federal do Pará. Seu nome é *Karajá* e significa “filho da cachoeira”. A caçula, *Tyihaneti*, tem 12 anos e cursa o sétimo ano do Ensino Fundamental. Em 2012, depois de residirmos mais de oito anos entre os Gavião *Kyikatêjê* na Reserva Indígena Mãe Maria, que está localizada no município do Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará, nos mudamos para a cidade de Marabá, que também fica no Sudeste do Pará, distante

cerca de quarenta quilômetros da aldeia. Foi aos oito anos de idade, quando nos mudamos para Marabá, que *Tyihaneti*, pela primeira vez, passou a frequentar uma escola pública municipal não indígena. Certo dia, ao regressar da escola percebi que ela estava triste e preocupada, perguntei o que havia acontecido, ao que me respondeu prontamente: “quero trocar de nome, meu nome é difícil e a professora não consegue falar!”. Argumentei que seu nome não é difícil, é diferente, porque é indígena, é **Kyikatêjê!**

Diante da frustração com o fato dos professores não pronunciarem o seu nome e o taxarem de difícil, resolvi contar mais uma vez à minha filha a história da sua nomeação. *Tyihaneti* nasceu na Aldeia *Kyikatêjê* e a pessoa que a nominou se chama *Jôprara Tahoti*. O nome *Jôprara* significa “aquela que gosta de jogar flechas”. *Jôprara* é professora da língua e da cultura *Timbira* na escola da aldeia, trabalhamos juntas por quase uma década e sempre fomos muito próximas, razão pela qual se prontificou a dar o nome para minha filha. Na cultura *Kyikatêjê*, a nomeação estabelece obrigações entre o nominador (aquele que dá o nome) e o nominado (aquele que recebe o nome), com as famílias de ambos e com todos aqueles que foram nominados pela mesma pessoa, ou seja, trata-se de uma rede de relações extensas e complexas que incluem obrigações cerimoniais, parceiros preferenciais para corridas de toras, jogos de flecha, casamentos e evitações, ou seja, pessoas com as quais se pode casar e não se pode relacionar de forma alguma, nem sequer falar ou passar perto.

Na tradição *Kyikatêjê*, o nome dado expressa a personalidade do nominador, está relacionado às suas características pessoais, gostos e preferências. *Tyihaneti* significa, conforme explica a própria *Jôprara*, “menina esperta, que mexe com todo mundo, que não tem vergonha de nada e nem de ninguém”, características que de alguma forma foram transferidas para minha filha, pois se parece muito com a alegre *Katyi* (madrinha) que lhe nominou.

Argumentei mais uma vez com minha filha, mostrando que os nomes das pessoas têm histórias, que são diferentes e especiais. Depois de muita conversa ela entendeu e não pediu mais que seu nome fosse trocado. Preocupada com a situação fui até a escola com a intenção de relatar o ocorrido e propor a realização de trabalhos sobre a importância da valorização da diversidade. Infelizmente não obtive êxito. Em minha conversa com a diretora, expliquei o que havia acontecido e

Os **Kyikatêjê** pertencem ao Tronco *Jê*, à família linguística *Timbira Oriental* e a autodeterminação *Kyikatêjê* (onde *kyi* é cabeça e *Jê* é povo). “povo da montante”, os diferencia dos *Parkatêjê*, “povo da jusante” e dos *Akrâtikatêjê*, “povo da montanha”, que também vivem hoje na Reserva Indígena Mãe Maria (RIMM). Mais informações sobre os povos da RIMM podem ser acessadas no site do Instituto Socioambiental (ISA): [pib.socioambiental.org/pt/povo/gaviao-parkateje](http://pib.socioambiental.org/pt/povo/gaviao-parkateje). Acesso em 10 de nov. de 2015.

argumentei sobre a importância da temática. A diretora fez pouco caso e disse que isso era comum, que é uma situação difícil de ser mudada.

Nos dias que seguiram, minha filha continuou compartilhando comigo relatos de preconceito ao chegar da escola, principalmente com relação às meninas e meninos negros, os xingamentos eram vários, dentre eles, “carvão”, “cabelo ruim”, “cabelo de bombрил”, “baleia”, incluindo outras ofensas racistas que poderiam ser trabalhadas se a escola se preocupasse de fato em promover a inclusão, combatendo qualquer forma de discriminação e racismo. Mas não foi o que ocorreu, a escola seguiu seu “roteiro pedagógico” sem trabalhar e problematizar as diversas situações de constrangimento pelos quais os alunos eram (e são) submetidos.

Outra situação relacionada a este debate é a intolerância e racismo presentes no relato de um estudante quilombola do curso de Etnodesenvolvimento da UFPA de Altamira, na região do Médio Xingu, sudoeste paraense. Em agosto de 2015 ministrei uma disciplina em uma das turmas do curso, que tinha como objetivo refletir sobre a educação escolar nas comunidades de origem dos estudantes e as possibilidades de construção de propostas pedagógicas adequadas à diversidade dos povos indígenas, quilombolas, agricultores e demais populações tradicionais. Uma das atividades foi orientada para que cada uma das pessoas da turma, com pertencimentos diversos, escrevessem ou desenhasssem as dificuldades que enfrentaram em suas trajetórias como estudantes e os caminhos que percorreram para chegar à universidade.

Na apresentação e discussão dos trabalhos alguns choraram ao recordar a fome que passaram na escola, as grandes distâncias percorridas para estudar na cidade. Outros, com voz embargada, não conseguiram sequer falar, mostrando apenas os desenhos para os colegas. Um estudante quilombola, que por razões éticas identifiquei com o nome fictício de João, desenhou e explicou o percurso que fazia do quilombo onde morava até a escola na cidade, trajeto de mais de dez quilômetros que fazia juntamente com seus colegas em cima de um “pau de arara”, que é um caminhão ou caminhonete com a carroceria aberta, bastante utilizado no transporte de estudantes em alguns municípios do interior do estado.

No desenho que João fez estavam uma ponte quebrada e o caminhão pendurado, ilustrando o dia em que sofreram um acidente. Por sorte, todos conseguiram pular antes que o caminhão caísse. Para



Excelente material para problematizar estereótipos e preconceitos em sala de aula: “Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas” de Célia Collet, Mariana Paladino e Kelly Russo. Está disponível para download em: [[laced.etc.br/site/acervo/livros/quebrando-preconceitos/](http://laced.etc.br/site/acervo/livros/quebrando-preconceitos/)].

além das dificuldades no deslocamento, falta de merenda escolar, a fome e a inexistência de estrutura mínima nas escolas, João mostrou que o racismo era, e continua sendo, parte do cotidiano dos estudantes do quilombo. João falou sobre o dia em que os pais dos alunos foram chamados para uma reunião na escola da cidade, o pai de João foi. No outro dia, os colegas de sala se referiram ao pai de João com insultos que preferiu não reproduzir. Depois disso, João passou a esconder do pai os convites para participar das reuniões da escola, “eu rasgava e jogava fora”, segundo ele, para preservá-lo do racismo dos colegas.

As duas histórias têm pontos em comum e demonstram lacunas no processo educacional das escolas referidas: (1) a naturalização do preconceito, do racismo e da discriminação por parte de professores e gestores que continuam reproduzindo a exclusão; (2) a não problematização do racismo como questão a ser enfrentada pela escola; (3) a continuidade e reprodução de posturas e atitudes excludentes que consideram a diferença como inferioridade.

Mas, como os professores podem atuar de maneira política e crítica para formar pessoas menos intolerantes? Que atividades podem ser desenvolvidas para a percepção da diferença como valor inerente às sociedades humanas? Desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, inúmeros documentos nacionais e tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, tratam da temática da diversidade no âmbito da formação cidadã por meio da educação escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394 de 1996, reafirmou o caráter plural da formação do povo brasileiro. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) têm a pluralidade e a diversidade como eixos centrais dos chamados Temas Transversais e ressaltam o desafio das escolas no trabalho com a diversidade etnocultural do Brasil considerando a grande diversidade étnica que compõe a sociedade brasileira e a importância da valorização das trajetórias dos povos e diferentes formas de expressão cultural.

Em 2003, a Lei 10.639 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira nas escolas de todo país, modificada posteriormente, em 2008, pela [Lei 11.645](#) de 10 de março de 2008 que amplia para a obrigatoriedade do ensino da cultura e história indígena nas instituições de ensino públicas e privadas.

Em 2004, o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, mesmo que tardiamente. Em

A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 estabelece a obrigatoriedade do ensino dos conteúdos referentes à história e cultura afrobrasileiras e indígena, devendo ser ministrada no âmbito dos currículos do ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, em especial nas disciplinas de educação artística e história do Brasil. Disponível em: [\[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em 10 de nov. de 2015.

2008, tornou-se signatário da Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007. O decreto nº 6.177, de agosto de 2007, promulga a Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. Os documentos representam avanços importantes do Estado brasileiro no tratamento da diversidade. Mas, avanços normativos somente são efetivados se contarem com políticas públicas coerentes que promovam a valorização da pluralidade e o combate sem tréguas do racismo e do preconceito. Mais do que isso, é preciso que as pessoas desenvolvam sensibilidades para a percepção e valorização das diferenças em todos os espaços e sentidos.

### REPRESENTAÇÕES ESTEREOTIPADAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Historicamente no Brasil, os povos indígenas foram classificados a partir de duas formas: a primeira é a visão romântica que refere aos grupos considerados “aliados”, os taxados como “mansos”. Quando as pessoas se referem aos indígenas como protetores da floresta, que vivem em eterna harmonia com a natureza, ou mesmo quando idealizam as sociedades indígenas sem considerar que também são eivadas de conflito, tensões e contradições, estão acionando esta concepção.

A segunda se refere àqueles que resistiram aos contatos, à chamada “civilização”, por isso são tidos como “selvagens”, empecilhos para o progresso nacional e por isso devem ser combatidos, exterminados, “pacificados” ou “conquistados”.

Qual das duas é a mais adequada? Certamente nenhuma, pois ambas são pejorativas e idealizam ou condenam sem considerar a dinâmica das culturas e as especificidades organizacionais destas sociedades, que são orientadas por padrões culturais próprios, diferentes entre si e diferentes da sociedade nacional.

Para ilustrar melhor como essa imagem romântica de povos “protetores das florestas”, que aciona os indígenas como povos do passado, ainda está muito presente no imaginário nacional e local, vamos analisar alguns desenhos e conceitos elaborados por crianças e jovens de duas escolas, uma estadual e uma municipal. A faixa etária dos estudantes é entre oito e 14 anos. As duas escolas estão localizadas em uma

comunidade no município de Santa Maria do Pará, na região Nordeste do estado, onde indígenas da etnia *Tembé Tenetehara* vivem há quase dois séculos, e, desde o final da segunda metade do século XIX, entre os regionais, o que significou o silenciamento da identidade étnica até meados de 1999, quando organizados por meio de uma associação passam a reivindicar o direito ao território tradicional e ao reconhecimento da identidade *Tembé Tenetehara*.

Atualmente os *Tembé* estão em duas comunidades, que identificam como aldeias, mesmo não sendo demarcadas como terra indígena, trata-se do *Areal* e do *Jeju*, onde residem em pequenos lotes familiares. A principal forma de subsistência é o trabalho nas roças e fazendas dos regionais, principalmente no período de colheita de produtos como a pimenta do reino que tem produção destacada no município. Sem a terra reconhecida e demarcada, os *Tembé* não têm educação escolar indígena, apesar de reivindicarem junto a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) há quase duas décadas. Os estudantes das duas comunidades frequentam as mesmas escolas dos não indígenas, onde por diversas vezes sofreram preconceito. Num desses casos, as pinturas corporais feitas com jenipapo que libera um pigmento preto ao ser manipulado, foram comparadas à “coisa da besta fera” pelos professores, ou seja, demonizadas.

Entre os dias 21 e 23 de outubro de 2015, realizamos oficinas nas duas escolas do *Jeju* (Escola Municipal Odojober de Souza Botelho e Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Nunes), com o objetivo de perceber como os estudantes e educadores lidam com a diversidade étnica e em especial como representam os indígenas, uma vez que convivem com os *Tembé* na mesma comunidade e frequentam as mesmas salas de aula. As oficinas também possibilitaram a percepção da auto-representação dos estudantes indígenas, que são minoria numérica nas escolas.

Antes de iniciarmos qualquer explanação ou discussão, pedimos que desenhassem e definissem “o que é um índio”. As respostas foram muito próximas do que comumente costumamos ouvir quando as pessoas procuram definir os indígenas, associando ao passado e remetendo à visão romântica de protetores da floresta. As respostas com conteúdo político, que refletem a luta pela terra, o fato de pertencerem a coletividades, povos com culturas e tradições específicas foram poucas, cerca de dez por cento dos alunos.

A seguir trago alguns dos trabalhos que não são identificados como forma de preservar as identidades dos estudantes. De maneira geral, as elaborações mostram que os *Tembé Tenetehara* permanecem invisibilizados na escola, porque a maioria das representações ainda se referem ao índio idealizado no imaginário nacional, que caça, pesca, anda nu, mora em oca, conforme as imagens mostram:

3 Um índio é uma pessoa que  
Caça muito peixes, animais  
ele vive em uma oca.



PESSOA QUE CAÇA

O índio é o defen-  
sor da natureza e  
muitos anos atrás



DEFENSOR DA NATUREZA

As respostas mais recorrentes foram àquelas contidas nos textos dos materiais didáticos que por muito tempo orientaram os trabalhos nas escolas no século passado: no primeiro desenho, o aluno define índio como sendo “(...) uma pessoa que caça muitos peixes, animais ele vive na oca”. Na segunda, “o índio é o defensor da natureza [há] muitos anos atrás”.

Dentre as definições, as mais frequentes são (1) “vive na mata”; (2) é caçador e pesca; (3) “mora em aldeia”; (4) “é defensor da natureza”; (5) “protetor da tribo”; (6) “vive em uma oca”. E ainda, mas com menor recorrência: “guerreiro”, “uma pessoa antiga”, “anda nu”, “vive nas matas e nas cavernas”, conforme é possível verificar nas imagens a seguir:



UM CAÇADOR



VIVE NO MATO



PROTETOR DA FLORESTA

Os *Tembé* que participaram da atividade se identificaram nos trabalhos. Dentre estes, um em especial chamou atenção pelo teor político das respostas. Vou identificá-la como Maria (nome fictício).

A primeira questão pedia para definir “índio”. Diz Maria: “os índios sofrem preconceitos (...) é uma pessoa normal como qualquer outra pessoa, que pode se vestir normalmente, pode ter um celular, pode estudar, pode ser como qualquer pessoa.” A segunda questão era de autodefinição, “quem sou eu”. Maria escreve: “sou indígena, tenho 10 anos, tenho cabelos castanhos, me acho uma pessoa legal, sorridente e alegre”. Na primeira resposta, Maria cita o preconceito, certamente o que sofre cotidianamente, e afirma que índio é uma pessoa “normal”, como qualquer outra, que pode estudar, ter celular. Ou seja, representa sua própria vivência e de sua comunidade, de pessoas que estudam, que dominam as tecnologias, como o celular, por exemplo.

A definição de Maria em nada se parece com as respostas baseadas nos estereótipos mencionados pelos colegas, que, mesmo convivendo com Maria e outros colegas *Tembé* na mesma sala de aula, morando na mesma comunidade, não os “percebem”, porque não os consideram “indígenas verdadeiros”, supostamente por não estarem na mata caçando, pescando e andando nus.

A auto representação de Maria expressa a diversidade indígena, “tenho cabelos castanhos” e vai de encontro às imagens cristalizadas que a classificariam como não sendo mais indígena, porque estuda, porque mora entre os não indígenas. Maria, assim como os demais *Tembé* não é mencionada nas atividades dos colegas, apenas uma pessoa respondeu “Ele é *Tembé*”, de um total de 66 estudantes.

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural" (PCNS, 1997: 27).

Quando o assunto é indígena e tecnologias do mundo moderno o preconceito permanece e aparece. Sobre isso, diz um estudante: “um índio é uma pessoa que tem poucas vestes e não conhece o mundo da tecnologia”, ou seja, anda nu e nada sabe sobre tecnologias. Certamente se esta pessoa chegasse a uma das aldeias Gavião, onde todas as casas têm antenas de televisão, das mais variadas, celulares, computadores de última geração, carros luxuosos e acesso à internet, diria que não são mais indígenas. Da mesma forma, não consideraria como indígenas aqueles que estão vivendo nas cidades, trabalhando ou estudando fora das aldeias.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostra que dos mais de 800 mil indígenas que vivem hoje no Brasil, cerca de 315 mil vivem nos centros urbanos, alguns aldeados, outros não. A maioria dos que moram nas cidades falam o português, alguns são bilíngues/multilíngues e têm a língua indígena como primeira língua, enquanto outros falam apenas o português.

A variedade no que se refere às línguas indígenas é grande não somente na quantidade, são mais 274 em todo Brasil, mas na multiplicidade de formas que se apresentam. O fato de uma pessoa ou um povo indígena não falar mais sua língua materna, não significa que deixou de ser indígena, pois, a língua é apenas um dos marcadores identitários de um povo. Há que se considerar as políticas de miscigenação a que os povos indígenas foram submetidos e os programas educacionais oficiais impostos às comunidades por meio das escolas que tinham como objetivo substituir as línguas indígenas pela língua portuguesa. Da mesma forma como as pessoas costumam classificar os povos indígenas pelo fato de falarem ou não a língua materna, também emitem opiniões baseadas no pressuposto da presença ou não dos traços distintivos, que quase sempre estão associados ao exotismo. Essa busca por características genéricas que supostamente podem identificar ou não um indígena foi evidente em outra atividade que realizamos nas escolas do Jeju. Apresentamos diversas imagens de indígenas, em situações distintas, com terno e gravata, dando entrevistas, palestrando, dando aulas, recebendo diplomas, mas, quando perguntamos quem eram os indígenas nas imagens todos prontamente responderam que eram os do Parque Indígena do *Xingu*, porque pintados, paramentados com penas e adornos específicos para ritual. O mesmo ocorreu quando perguntamos “onde os indígenas moram”, a resposta não incluiu os

prédios, as casas de alvenaria ou de madeira que foram apresentadas, mas a casa que mais se parecia com uma oca.

Então, fiz uma brincadeira para que pensassem a partir de suas vivências, perguntei como as pessoas católicas (ou não), costumam se vestir para casar, ao que responderam “vestidas de noiva, os homens com terno, gravata”, segui perguntando se depois elas continuam vestidas com estes trajes, se tomam banho de igarapé, fazem compras, ou vão trabalhar com ternos e vestidos de noiva. Todos responderam que não! Expliquei que assim acontece com os povos indígenas, as pinturas, os cocares, os enfeites são usados em alguns rituais, em momentos especiais, fazem parte da identidade e são como uma “roupa especial” usadas em ocasiões apropriadas, pois cada cultura define em seus próprios termos o que é ou não adequado para cada situação, isto porque, cada sistema cultural tem uma lógica própria.

Para muitos povos indígenas, ser magro é sinônimo de fraqueza, doença, enquanto pessoas mais robustas são mais consideradas porque podem desempenhar melhor suas atividades, como fazer roça, pegar a lenha, carregar a tora durante a corrida e até mesmo gerar um filho com saúde, no caso das mulheres.

O antropólogo Roque de Barros Laraia explica que os sistemas culturais estão sempre em mudança, não são estáticos, são dinâmicos e entender a dinâmica das culturas é importante para evitar comportamentos preconceituosos e comparações impróprias. Não é possível então a busca de uma cultura “pura” ou original, porque todas as culturas estão sempre em movimento, são dinâmicas e mutáveis, não cabendo, portanto, essencialismos. As comparações somente são válidas quando auxiliam na compreensão do outro a partir dos seus próprios termos, mas nunca como forma de hierarquização ou inferiorização de grupos ou pessoas.

“Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação” (PCNS, 1997: 27).

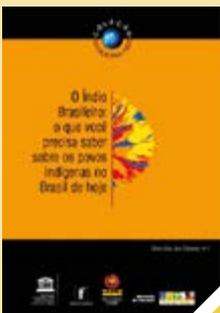
## **SUPERANDO ESTEREÓTIPOS PARA A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE**

O exercício do relativismo é muito importante para a construção do respeito à diversidade nas escolas. Desenvolver sensibilidades para a compreensão do outro a partir dos seus próprios termos, da sua própria lógica e maneira de ver o mundo é algo urgente para que haja

**Povos tradicionais ou povos etnicamente diferenciados** são aqueles que mantêm formas de relação diferenciada com o território, que é a base da vida, por isso nutrem forte sentimento de pertença ao lugar, que abriga múltiplas expressões, significados históricos, sociais e culturais (Little, 2002).

#### DICA DE LEITURA

Para saber mais sobre os povos indígenas no Brasil, veja o que diz Gersem dos Santos Luciano, que é Baniwa do estado do Amazonas, Antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas. O livro pode ser baixado no site: [\[laced.etc.br/site/acervo/livros/o-indio-brasileiro/\]](http://laced.etc.br/site/acervo/livros/o-indio-brasileiro/).



menos intolerância e mais respeito às diferenças. Nisso reside o papel do educador comprometido com uma sociedade mais justa e plural, pois o pluralismo é uma resposta à diversidade, assim como assinalam diversos documentos internacionais de proteção e promoção de direitos humanos. A Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais afirma que a diversidade cultural é inseparável do respeito à dignidade humana, é, portanto, um “imperativo ético” e implica no respeito aos direitos humanos, especialmente dos povos tradicionais.

É importante lembrar que historicamente as culturas indígenas, assim como seus territórios tradicionais, foram usurpados e silenciados pelas políticas integracionistas e assimilacionistas do Estado brasileiro. Atualmente a população indígena no Brasil está em crescimento, mas muitos povos foram extintos desde o contato com os portugueses no litoral do Nordeste do Brasil, há mais de 500 anos.

Mesmo com as conquistas dos movimentos indígenas organizados, são muitas as ameaças às terras indígenas, que são alvos constantes de madeireiros, mineradoras, posseiros e de empreendimentos do Estado brasileiro que reduzem e impactam as terras, ocasionando danos irreversíveis às comunidades.

Mobilizados, os povos indígenas requerem direitos, buscam parceiros e aliados, reivindicam escolas para as comunidades, estão nas universidades, cobram participação e representatividade nos mais diversos espaços da sociedade. Mas isso não é aprendido nos bancos escolares. Enquanto isso, prevalecem os cocares de cartolina, que ridicularizam as culturas indígenas, as músicas que nada dizem, muito pelo contrário, alimentam a visão estereotipada e equivocada do “índio” no Brasil.

Insisto aqui na importância de problematizar as lutas, mostrar os indígenas reais, que estão nas escolas, nas cidades, nas ruas vendendo artesanatos para sobreviver, que enfrentam os madeireiros, os garimpeiros, os ruralistas que têm suas terras invadidas e inundadas pelas hidrelétricas, seccionadas pelas rodovias e ferrovias que atropelam e matam.

Isso implica também na desconstrução das generalizações que produzem homogeneidades, é imprescindível que a diversidade dos povos seja conhecida, afinal, 305 povos não podem ser considerados iguais, porque com sistemas sociais, lingüísticos, econômicos, políticos, culturais e histórias próprias, com formas específicas de se relacionar com o mundo não indígena e com os outros povos indígenas também.

São particularidades inerentes a cada povo, em diferentes regiões do Brasil, mas que têm em comum a luta histórica pela sobrevivência por meio das resistências. Dentre os trabalhos elaborados pelos alunos nas oficinas que mencionei, alguns chamam a atenção pela percepção da humanidade dos povos indígenas e da presença *Tembé* no Jeju:

É uma pessoa.



UMA PESSOA

um índia e uma pessoa que  
batalha pela sua terra



BATALHA PELA TERRA



UM TEMBÉ

Na imagem ao lado não estão presentes as associações ao fenótipo, à mata, à nudez, mas o indígena como uma pessoa que usa calça jeans, camiseta:

A luta pela terra, por exemplo, foi mencionada por um dos alunos das escolas. De um total de 66, apenas dois relacionaram os indígenas positivamente à pauta da retomada do território, dos costumes e tradições. É preciso avançar nesse sentido, o trabalho sobre povos indígenas deve contemplar as lutas, os enfrentamentos, os direitos e as violações, deixando de lado as comemorações descontextualizadas para ouvir os próprios indígenas, como protagonistas e sujeitos de suas histórias, sem idealizações desnecessárias que em nada acrescentam na construção de uma sociedade mais sensível a todas as diferenças.

3- É uma pessoa como nós com seus  
costumes e tradições.

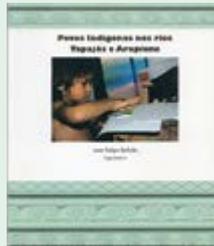


UMA PESSOA COMO NÓS

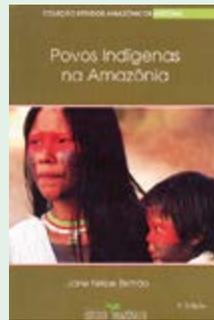
**PARA SABER MAIS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA**

Os materiais foram organizados pela antropóloga e historiadora paraense Jane Felipe Beltrão com a colaboração de parceiros e parceiras, entre as quais me incluo, a partir de demandas de lideranças e suas comunidades para sistematização e publicação das memórias e histórias.

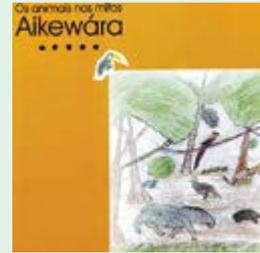
Os materiais são a possibilidade de trabalhar a questão indígena nas escolas a partir do olhar dos próprios indígenas, que são protagonistas nas escritas publicadas. Boa leitura e bom trabalho!



O livro **“Povos Indígenas nos rios Tapajós e Arapiuns”**, lançado recentemente, foi elaborado a partir dos relatos de memória e narrativas dos sujeitos que integram os grupos indígenas no *Tapajós* e *Arapiuns*, conta com imagens e transcrições dos indígenas, como protagonistas que são.



Em **“Povos Indígenas na Amazônia”**, a autora problematiza o trabalho sobre a diversidade dos povos indígenas na Amazônia, por sua linguagem e forma de abordagem das categorias, o livro desconstrói estereótipos e traz luz para a temática.



Os livros **“Os animais nos mitos Aikewara”** e **“Mejökukrej: conhecendo os artefatos Kyikatêjê”** compõem a série “Conhecimentos Tradicionais” do Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (PAPIT) da UFPA. O livro sobre os artefatos *Kyikatêjê* é parte dos trabalhos realizados na escola da comunidade no período de março de 2004 a dezembro de 2011 no esforço de registrar e publicar as memórias, histórias e tradições deste povo.

## ATIVIDADES

### ATIVIDADE 1

Peçam para os alunos perguntarem aos seus pais, avós, familiares e pessoas mais velhas sobre como se divertiam quando eram crianças, que brincadeiras que faziam, que roupas usavam, como iam para a escola, como se comunicavam com as pessoas que estavam distantes. Vão perceber pelas fotografias e relatos que muitas coisas mudaram. Vamos lá, mãos à obra!

### ATIVIDADE 2

Que tal fazer uma pesquisa nos censos do IBGE para verificar o crescimento da população indígena no Brasil nos últimos 20 anos? Podem ser feitos gráficos, desenhos, mapas e outras formas de apresentação dos dados. Vejam quantos povos indígenas têm no seu estado. Vale a pena também problematizar o aumento do número de indígenas nas cidades que consta no último censo, de 2010. Mãos à obra!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). *Povos Indígenas nos rios Tapajós e Arapiuns*. Belém: Supercores, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Povos Indígenas na Amazônia*. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.
- BRASIL. *Lei nº. 11.645*. Disponível em: [[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)]. 2008. Acesso em: 10 de nov. de 2015.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE, 1997. Disponível em: [[portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf)]. Acesso em: 15 de nov. de 2015.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Um conceito antropológico da identidade” In *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, pp: 33-52, 1976.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e das histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, LACED, 2014. Disponível em: [[laced.etc.br/site/acer-vo/livros/quebrando-preconceitos/](http://laced.etc.br/site/acer-vo/livros/quebrando-preconceitos/)]. Acesso em: 10 de nov. de 2015.
- FERNANDES, Edimar Antonio. *Luta por direitos: estudo sobre a Associação Indígena Tembé de Santa Maria do Pará (AITESAMPA)*. 175 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará (Programa de Pós Graduação em Direito). Belém, 2013.
- FERNANDES, Edimar Antonio; SILVA, Almir Vital da; BELTRÃO, Jane Felipe. “Associação Indígena Tembé de Santa Maria do Pará (AITESAMPA) em luta por direitos étnicos” in *Amazônica: Revista de Antropologia*. Belém, v. 2, pp. 392-406, 2011. Disponível em: [[www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/774/1060](http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/774/1060)]. Acesso em: 20 de mar. de 2015.
- FERNANDES, Rosani de Fatima. *Educação Escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar*. 212 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará (Programa de Pós Graduação em Direito). Belém, 2010. Disponível em: [[www.programabolsa.org.br/pbolsa/pbolsaTeseFicha/arquivos/tese\\_rosani\\_de\\_fatima\\_fernandes.pdf](http://www.programabolsa.org.br/pbolsa/pbolsaTeseFicha/arquivos/tese_rosani_de_fatima_fernandes.pdf)]. Acesso em: 08 de dez. de 2014.
- FERNANDES, Rosani de Fatima; MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Mejôkukrej: conhecendo os artefatos Kyikatêjê*. Belém: EDUFPA, 2009.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). [[pib.socioambiental.org/pt/povo/gaviao-parkateje](http://pib.socioambiental.org/pt/povo/gaviao-parkateje)]. Acesso em: 10 de nov. de 2015.

Sobre povos indígenas e diversidade na escola:  
superando estereótipos

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, 2002. Disponível em: [\[nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf\]](http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf). Acesso em: 15 de nov. de 2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: [\[laced.etc.br/site/trilhas/livros/arquivos/CoLET12\\_Vias01WEB.pdf\]](http://laced.etc.br/site/trilhas/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf). Acesso em: 10 de nov. de 2015.

MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Os animais nos mitos Aikewara*. Belém: EDUFPA, 2009.

OIT. *Convenção No 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*, 1989. Disponível em: [\[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm). Acesso em: 02 de nov. de 2015.

ONU. *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. 2007. Disponível em: [\[pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_institucional/DECLARACAO\\_DAS\\_NACOES\\_UNIDAS SOBRE\\_OS DIREITOS DOS\\_POVOS\\_INDIGENAS.pdf\]](http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/DECLARACAO_DAS_NACOES_UNIDAS SOBRE_OS DIREITOS DOS_POVOS_INDIGENAS.pdf). Acesso em 10 de nov. de 2015.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. 2005. Disponível em: [\[unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf\]](http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf). Acesso em: 01 de nov. de 2015.

## PARA CONHECER MAIS

Anistia Internacional – Povos Indígenas

[\[anistia.org.br/o-brasil-e-ameaca-aos-direitos-dos-povos-indigenas/\]](http://anistia.org.br/o-brasil-e-ameaca-aos-direitos-dos-povos-indigenas/)

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

[\[mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/tag/apib/\]](http://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/tag/apib/)

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

[\[www.aba.com.br/\]](http://www.aba.com.br/)

Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira -COIAB

[\[www.coiab.com.br/site/pagina/quem-somos/como-surgiu/\]](http://www.coiab.com.br/site/pagina/quem-somos/como-surgiu/)

Fundação Nacional do Índio -FUNAI

[\[www.funai.gov.br/\]](http://www.funai.gov.br/)

Indígenas no Censo do IBGE

[\[www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf\]](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)

Instituto Socioambiental (ISA) Povos Indígenas

[\[www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil\]](http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil)

Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – LACED

[\[www.laced.etc.br/site/\]](http://www.laced.etc.br/site/)

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI

[\[portal.mec.gov.br/secretarias-e-orgaos-vinculados/secadi\]](http://portal.mec.gov.br/secretarias-e-orgaos-vinculados/secadi)